

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>27</b>
-------------------------	-----------

## **Capítulo 1**

<b>VÍTIMAS.....</b>	<b>31</b>
---------------------	-----------

1.1. Conceito etimológico, literal ou gramatical.....	31
1.2. Conceito jurídico .....	32
1.3. Conceito crítico-vitimológico .....	33
1.4. A vítima é parte no processo penal?.....	35
1.5. Pessoa jurídica (empresa) pode ser considerada vítima de crime? .....	36
1.6. Familiares do ofendido são considerados vítimas?.....	42
1.7. O Estado é considerado vítima?.....	45
1.8. Vítimas não individualizáveis, coletivas, conglomeradas ou virtuais .....	47
1.9. Bens jurídicos de natureza supraindividual: vítima conglomerada e vitimização difusa.....	49
1.10. Críticas à vítima .....	55

## **Capítulo 2**

<b>HISTÓRICO PAPEL DA VÍTIMA PENAL NO SISTEMA CRIMINAL.....</b>	<b>65</b>
---	-----------

2.1. Era do protagonismo.....	66
2.2. Confisco do conflito.....	68
2.3. Redescobrimto da vítima.....	71

## **Capítulo 3**

<b>VITIMOLOGIA.....</b>	<b>75</b>
-------------------------	-----------

3.1. Vitimologia do ato.....	76
3.2. Vitimologia da ação.....	78
3.3. Vitimologia institucional.....	79
3.4. Ciência autônoma?.....	79
3.5. Conceito moderno de vitimologia.....	83

**Capítulo 4**

<b>ESPÉCIES DE VITIMIZAÇÃO .....</b>	<b>85</b>
4.1. Vitimização primária.....	85
4.2. Vitimização secundária (processual), sobrevitimização ou revitimização .....	86
4.2.1. Exemplos de prevenção da vitimização secundária na legislação brasileira .....	89
4.3. Vitimização terciária .....	92
4.3.1. Vitimização terciária com substância primária ao agressor .....	93
4.3.2. Vitimização terciária propriamente dita ao ofendido.....	93
4.3.3. Vitimização terciária propriamente dita ao agressor .....	95
4.3.4. Vitimização terciária propriamente dita sobre os familiares do agressor preso .....	97
4.4. Vitimização inocente.....	98
4.5. Vitimização consciente .....	98
4.6. Vitimização inconsciente .....	99
4.7. Vitimização subconsciente .....	100
4.8. Vitimização empresarial .....	100

**Capítulo 5**

<b>CIFRAS PENAIS.....</b>	<b>103</b>
5.1. Cifras negras .....	104
5.2. Cifras cinzas .....	106
5.3. Cifras amarelas .....	107
5.4. Cifras brancas .....	108
5.5. Cifras verdes .....	108
5.6. Cifras rosas.....	108
5.7. Cifras arco-íris .....	110
5.8. Cifras douradas .....	112
5.9. Cifras caramelo: a violência contra animais domésticos e o reconhecimento jurídico dos animais como membros da família .....	117

**Capítulo 6**

<b>DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DA VÍTIMA .....</b>	<b>121</b>
6.1. Marginalização da vítima e estado democrático de direito .....	122
6.2. Reexame do modelo retributivo penal.....	126
6.3. Crise da pena privativa de liberdade .....	132
6.4. Fundamentabilidade da reparação civil do art. 5º, v, da CRFB .....	136

6.4.1. Críticas à reparação civil na instrução penal.....	138
6.5. Reparação Civil como terceira via de sanção penal.....	140
6.6. Reparação Civil como nova chance ao infrator.....	143
6.7. Acesso à justiça do art. 5º, XXXV, da CRFB.....	146
6.8. A duração razoável do processo sob a perspectiva da vítima: reconhecimento internacional e reflexos no direito brasileiro.....	151
6.9. Fundo nacional de proteção às vítimas de crimes do art. 245 da CRFB.....	152
6.9.1. Histórico de projetos de lei finalizados e em tramitação no Brasil.....	157
6.9.2. Reparação estatal por feminicídio da Lei 14.717/23: Antecedente prático ao fundo nacional de proteção às vítimas de crimes.....	160
6.10. Estatuto da vítima.....	161

## Capítulo 7

### **INSTRUMENTOS DE TUTELA PENAI, PROCESSUAIS E ASSISTENCIAIS DA VÍTIMA ..... 165**

7.1. Notícia-crime.....	165
7.2. Poder de requerimento de diligências no curso da investigação criminal.....	166
7.3. Direito de intimação e poder de revisão ministerial contra promoção de arquivamento de investigação criminal.....	166
7.4. Lei de proteção a vítimas e testemunhas.....	167
7.5. Representação penal.....	170
7.6. Medidas protetivas.....	170
7.6.1. Vítima mulher de violência doméstica.....	171
7.6.1.1. Requisitos objetivos para a aplicação da Lei Maria da Penha e aspectos gerais.....	176
7.6.1.2. Casais homoafetivos e mulheres trans.....	180
7.6.1.3. Disponibilização de dispositivo de segurança sobre aproximação de agressor em monitoração eletrônica.....	183
7.6.1.4. Parâmetros excepcionais, tempo de duração, audiência periódica e a autonomia das medidas protetivas em relação ao inquérito ou à ação penal.....	185
7.6.1.5. A atuação da autoridade policial na concessão de medidas protetivas de urgência: competência legal, limites e controle judicial.....	191
7.6.2. Vítima criança ou adolescente.....	192
7.6.2.1. Proteção integral da criança ou adolescente.....	197
7.6.2.2. Proteção da criança e adolescente vítima de violência doméstica.....	198

7.6.2.3.	<i>Bullying</i> e <i>cyberbullying</i> : vitimização sistemática, tutela jurídica e proteção da dignidade infantojuvenil.....	200
7.6.2.4.	Crimes cibernéticos ou informáticos: vitimologia digital e tutela penal contemporânea .....	202
7.6.2.5.	Atuação imediata frente ao crime cibernético: medidas da vítima, advogado, polícia e Ministério Público.....	207
7.6.3.	Vítima pessoa idosa .....	208
7.6.4.	Vítima dos demais crimes.....	209
7.7.	Queixa-crime.....	209
7.7.1.	Ação penal privada propriamente dita .....	210
7.7.2.	Ação penal privada subsidiária da pública .....	210
7.7.3.	Pedido Liminar em Queixa-Crime.....	210
7.7.3.1.	Poder Geral de Cautela.....	211
7.7.3.2.	Arbitramento de astreintes.....	211
7.7.3.3.	Medidas cautelares diversas da Prisão .....	211
7.8.	A vítima na instrução criminal do rito ordinário .....	212
7.8.1.	Formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.....	212
7.8.2.	Oitiva do ofendido.....	212
7.8.2.1.	Direito de não Constrangimento por perguntas discriminatórias em audiência criminal .....	212
7.8.2.2.	No inquérito policial.....	213
7.8.2.3.	Em juízo.....	214
7.8.2.4.	Escuta especializada ou depoimento especial .....	214
7.8.2.5.	Palavra da Vítima e o Seu <i>Standard</i> Probatório na Ação Penal: entre o valor probatório relevante e os riscos da condenação indevida .....	218
7.8.2.5.1.	O entendimento jurisprudencial majoritário.....	218
7.8.2.5.2.	A crítica à elevação da palavra da vítima a único fundamento de condenação .....	219
7.8.2.5.3.	Nem descrédito, nem absolutismo probatório.....	220
7.8.3.	Decretação do segredo de justiça .....	221
7.8.3.1.	Decretação do segredo de justiça na Lei Maria da Penha – Lei 14.857/24.....	221
7.8.4.	Comunicação dos atos processuais.....	223
7.8.5.	Espaço separado nas audiências .....	223
7.8.6.	Encaminhamento à assistência psicossocial, jurídica e de saúde....	224
7.8.7.	Requerimento para retirada do réu na sala de audiência presencial ou por videoconferência.....	224

7.9.	Assistência à acusação.....	226
7.9.1.	Momento.....	227
7.9.2.	Legitimidade.....	228
7.9.3.	Interesse processual.....	228
7.9.4.	Instrumentos processuais.....	235
7.10.	Justiça restaurativa.....	235
7.10.1.	Princípios restaurativos.....	240
7.10.2.	Práticas restaurativas.....	241
7.10.3.	Momento de incidência.....	243
7.10.4.	Consequências jurídicas.....	244
7.11.	Crime de violência institucional – art. 15-A da lei 13.869/19.....	244
7.12.	Mandado de segurança criminal.....	246
7.13.	<i>Amicus Curiae</i> .....	246

## Capítulo 8

### **MEIOS DE OBTENÇÃO DA REPARAÇÃO CIVIL EM FAVOR DA VÍTIMA ..... 249**

8.1.	Sistemas processuais de julgamento.....	249
8.1.1.	Independência ou separatista.....	249
8.1.2.	Adesão, confusão ou união.....	251
8.2.	Audiência de autocomposição civil nos juizados especiais criminais – Lei 9.099/95.....	255
8.3.	Medidas cautelares reais.....	258
8.3.1.	Sequestro.....	258
8.3.2.	Hipoteca legal.....	259
8.3.3.	Arresto.....	259
8.4.	Acordo de não persecução penal.....	259
8.5.	Ação civil <i>ex delicto</i> .....	261
8.5.1.	Efeito automático e genérico da sentença penal condenatória de reparação do dano.....	261
8.5.2.	Efeitos civis da sentença absolutória.....	262
8.6.	Indenização mínima na sentença penal condenatória.....	263
8.6.1.	Crimes da legislação penal especial e extravagante.....	263
8.6.2.	Crimes ambientais.....	264
8.7.	Indenização mínima e a possibilidade de penhora do bem de família do responsável.....	264
8.8.	Pena pecuniária.....	265
8.9.	Meios de constrição cautelar ou definitiva de valores.....	265
8.10.	Pecúlio do reeducando enquanto meio efetivo de satisfação patrimonial da vítima.....	267

**Capítulo 9**

<b>A INDENIZAÇÃO MÍNIMA DO ART. 387, IV, DO CPP À LUZ DA CONSTITUIÇÃO .....</b>	<b>271</b>
9.1. A ausência de um procedimento de quantificação no CPP.....	272
9.2. A reparação civil prevista no art. 387, IV, do CPP.....	275
9.2.1. Danos materiais.....	280
9.2.1.1. Dano emergente.....	280
9.2.1.2. Lucros cessantes .....	281
9.2.2. Dano moral.....	282
9.2.2.1. Dano Moral de Natureza Coletiva .....	286
9.2.2.2. Dano Moral de Natureza Presumida – Lei Maria da Penha.....	287
9.2.3. A inaplicabilidade da fixação de valor mínimo de reparação do dano nos crimes tributários.....	288
9.3. Legitimidade do ministério público na formulação do pedido de indenização mínima.....	289
9.3.1. Crimes com bem jurídico de interesse privado.....	289
9.3.2. Crimes com bem jurídico de interesse social e individual indisponível.....	291
9.3.3. Vítima pobre .....	291
9.3.4. Questão da hipossuficiência dos ofendidos .....	292
9.4. Necessidade de formulação do pedido para a fixação de indenização mínima.....	294
9.4.1. Pedido de indenização mínima feito de maneira independente pelo assistente de acusação.....	301
9.5. Por que a fixação de um valor mínimo e não integral?.....	303

**Capítulo 10**

<b>PROCEDIMENTO PARA A FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO MÍNIMA NA INSTRUÇÃO CRIMINAL .....</b>	<b>307</b>
10.1. Levantamento da reparação civil no inquérito policial.....	309
10.2. Formulação do pedido.....	310
10.3. Análise da (in)admissibilidade do aditamento da denúncia para fins de indenização mínima ou confisco alargado após a citação do réu.....	313
10.4. Resposta à acusação e ao requerimento de valor mínimo.....	315
10.5. Instrução processual para apuração do valor .....	315
10.5.1. Fixação dos pontos controvertidos, designação e realização de audiência de instrução e julgamento.....	315
10.5.2. Memoriais pela acusação e defesa.....	315

10.6. Sentença penal condenatória.....	316
10.7. Recorribilidade .....	318
10.8. Execução do valor mínimo.....	319
10.9. Liquidação do valor mínimo .....	320

## Capítulo 11

### VITIMIZAÇÃO EMPRESARIAL ..... 321

11.1. O papel da vitimologia no contexto empresarial: a empresa enquanto vítima penal.....	322
11.1.1. Importância da vitimologia empresarial na formulação de políticas públicas.....	322
11.1.2. Reflexões sobre a evolução da vitimização empresarial no Brasil e no mundo.....	323
11.2. Definição de vitimologia aplicada ao contexto empresarial.....	324
11.3. Diferença entre empresa vítima e outros tipos de vitimização.....	325
11.4. Tipologias de Vitimização Empresarial .....	327
11.4.1. Crimes cibernéticos e ataques à segurança da informação .....	327
11.4.2. Fraudes, corrupção e crimes financeiros.....	328
11.4.3. Danos à imagem e à reputação .....	329
11.4.4. Impactos de abusos de poder e práticas desleais de mercado .....	330
11.4.5. Espionagem industrial.....	330
11.4.6. Preterição ilícita em licitações e contratações públicas .....	330
11.4.7. Repercussões jurídicas interdisciplinares de prejuízo às atividades da empresa.....	331
11.5. Impactos da Vitimização nas Empresas.....	331
11.5.1. Impactos financeiros.....	331
11.5.2. Impactos reputacionais.....	332
11.5.3. Impactos operacionais.....	332
11.5.4. Impactos legais e regulatórios.....	332
11.5.5. Impactos sociais e comunitários.....	333
11.5.6. Impactos concorrenciais e assimetrias de mercado.....	333
11.5.7. Impactos institucionais e reflexos sobre a governança.....	334
11.6. Aspectos Jurídicos da Proteção da Empresa.....	334
11.7. Estratégias de Prevenção e Defesa da Empresa .....	336
11.8. <i>Compliance</i> Criminal Reativo: arquitetura pós-delitiva de resposta ética, jurídica e institucional da empresa vítima de crime.....	339
11.8.1. Fundamentos epistêmicos do <i>compliance</i> criminal reativo .....	340

11.8.2. Arquitetura normativa e institucional do <i>compliance</i> criminal reativo.....	341
11.8.3. Funções jurídicas e efeitos estratégicos do <i>compliance</i> criminal reativo.....	342
11.8.4. Dificuldades estruturais e desafios dogmáticos do <i>compliance</i> criminal reativo.....	343
11.8.5. <i>Compliance</i> criminal reativo e justiça penal negocial.....	344
11.8.6. A construção de uma cultura reativa da legalidade empresarial ...	345
11.9. Atuação ativa e contenciosa na detecção de ilícitos penais.....	345
11.9.1. Preservação de evidências.....	346
11.9.2. Investigação interna corporativa estruturada.....	347
11.9.3. Notificação às autoridades competentes.....	348
11.9.4. Comunicação institucional transparente.....	348
11.9.5. Revisão e fortalecimento dos controles internos.....	349
11.9.6. Medidas legais contra os ofensores e recuperação de ativos.....	349
11.10. Desafios e Perspectivas Futuras.....	350
11.10.1. Novas vulnerabilidades em um mundo digitalizado e globalizado .....	352
11.10.2. Aperfeiçoamento dos mecanismos de proteção penal às empresas ofendidas .....	352
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>355</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>363</b>